

CONTABILIDADE GERAL

01- Abaixo são apresentadas assertivas sobre os enunciados dos Princípios Fundamentais de Contabilidade. Apenas uma dessas frases contém afirmativa verdadeira. As outras apresentam defeitos, incorrecções ou imprecisões, que as tornam falsas e incorretas.

1 - Sempre que se apresentarem afirmativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido, deve ser adotado o menor valor para os componentes do Ativo e do Passivo.

2 - Na apuração do resultado do período devem ser incluídas todas as receitas recebidas e todas as despesas pagas, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de terem sido auferidas ou realizadas.

3 - Quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas, deve ser considerada a vida definida ou provável da entidade, bem como o fato de ela permanecer ou não existindo e funcionando.

4 - O patrimônio é o objeto da Contabilidade e pertence à entidade, confundindo-se, apenas, com os patrimônios dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedades ou instituições.

5 - Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda em que se tiver realizado o negócio ou transação.

6 - Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais, sempre que houver um surto inflacionário.

Das opções acima apresentadas, a única verdadeira é aquela que se refere ao Princípio

- da Atualização Monetária
- do Registro pelo Valor Original
- da Entidade
- da Competência
- da Continuidade

02- Durante todo o mês passado, as operações mercantis da Sociedade Sol Sanônima obedeceram ao seguinte fluxo:

Aquisições a vista	1.000,00
Vendas a vista	1.800,00
Aquisições a prazo	2.000,00
Vendas a prazo	1.300,00
Devolução de compras	400,00
Abatimento sobre vendas	200,00
ICMS sobre compras	600,00
ICMS sobre vendas	900,00
PIS s/Faturamento	100,00
FGTS	300,00
Estoques no início do mês	500,00
Estoques no fim do mês	1.400,00

Após efetuar os registros contábeis necessários e fazer a Demonstração do Resultado do referido mês, a sociedade apurou:

- Receita Líquida de R\$ 2.000,00
- Lucro Bruto de R\$ 1.900,00
- Lucro Operacional de R\$ 500,00
- Custo das Mercadorias Vendidas de R\$ 1.700,00
- ICMS a Recolher de R\$ 900,00

03- A empresa Saturno Ltda. preparou sua folha de pagamento de dezembro com os seguintes dados:

- salários e ordenados dos empregados R\$ 3.000,00;
- horas extras trabalhadas no mês R\$ 200,00;
- previdência social dos empregados à alíquota de 11%;
- Fundo de Garantia dos empregados à alíquota de 8%; e
- previdência social patronal à alíquota de 21%.

A contabilização dessa folha de pagamento foi efetuada, de forma correta, em um único lançamento. Assinale a opção que o contém:

- Despesas de Salários e Ordenados a Salários e Ordenados a Pagar valor da folha de salários que ora se contabiliza 4.480,00

- b) Despesas de Salários e Ordenados
a Diversos
valor da folha de salários que ora se contabiliza, como segue:
a Salários e Ordenados a Pagar 4.128,00
a Contribuições Sociais a Recolher 352,00 4.480,00
- c) Diversos
a Diversos
valor da folha de salários que ora se contabiliza, como segue:
Despesas de Salários e Ordenados 3.200,00
Encargos Sociais e Trabalhistas 1.280,00 4.480,00
a Salários e Ordenados a Pagar 2.848,00
a Contribuições Sociais a Recolher 1.632,00 4.480,00
- d) Diversos
a Diversos
valor da folha de salários que ora se contabiliza, como segue:
Despesas de Salários e Ordenados 3.200,00
Encargos Sociais e Trabalhistas 928,00 4.128,00
a Salários e Ordenados a Pagar 2.848,00
a Contribuições Sociais a Recolher 1.280,00 4.128,00
- e) Diversos
a Diversos
valor da folha de salários que ora se contabiliza, como segue:
Despesas de Salários e Ordenados 2.848,00
Encargos Sociais e Trabalhistas 1.280,00 4.128,00
a Salários e Ordenados a Pagar 2.848,00
a Contribuições Sociais a Recolher 1.280,00 4.128,00

Rascunho

04- No último dia do exercício apuramos os seguintes saldos:

Contas	saldos
Ações em Tesouraria	R\$ 800,00
Ações em Outras Cias. (caráter permanente)	R\$ 1.000,00
Ações de Coligadas (investimento relevante)	R\$ 2.000,00
Ações de Controladas	R\$ 5.000,00
Veículos	R\$ 1.200,00
Móveis e Utensílios	R\$ 800,00
Marcas e Patentes	R\$ 400,00
Gastos Pré-operacionais	R\$ 200,00

Para fins de balanço final foram efetuados alguns ajustes contábeis, por força das exigências técnicas, legais e estatutárias. São eles:

1- provisão para FGTS	R\$ 30,00
2- provisão para perdas em investimentos	R\$ 100,00
3- provisão para Imposto de Renda	R\$ 200,00
4- provisão para créditos de liquidação duvidosa	R\$ 80,00
5- depreciação de bens de uso	R\$ 25,00
6- amortização de bens intangíveis	R\$ 10,00
7- dividendos a receber de controladas	R\$ 35,00
8- dividendos a receber de coligadas	R\$ 15,00

Contabilizados esses ajustes, o Ativo Permanente da empresa passou a ter o valor de:

- a) R\$ 10.235,00
- b) R\$ 10.415,00
- c) R\$ 10.465,00
- d) R\$ 11.005,00
- e) R\$ 11.265,00

05- A Nossa Firma, ao fim do exercício social de 19X1, ostentava um patrimônio líquido com a seguinte composição:

Capital Social	100.000,00
Capital a Realizar	(9.000,00)
Reservas de Capital	8.000,00
Reservas Estatutárias	7.000,00
Reserva Legal	6.000,00
Lucros Acumulados	<u>5.000,00</u>
Somatório	<u>117.000,00</u>

No resultado do exercício de 19X1, foi apurado um prejuízo líquido no valor de R\$ 15.000,00, que deverá ser absorvido por recursos próprios anteriores. Assim sendo, o novo patrimônio líquido, após a absorção do prejuízo do exercício, deverá ter a seguinte composição:

a)	Capital Social	100.000,00
	Capital a Realizar	(9.000,00)
	Reservas de Capital	8.000,00
	Reservas Estatutárias	0,00
	Reserva Legal	3.000,00
	Lucros Acumulados	<u>0,00</u>
	Somatório	<u>102.000,00</u>
b)	Capital Social	100.000,00
	Capital a Realizar	(9.000,00)
	Reservas de Capital	8.000,00
	Reservas Estatutárias	3.000,00
	Reserva Legal	0,00
	Lucros Acumulados	<u>0,00</u>
	Somatório	<u>102.000,00</u>
c)	Capital Social	100.000,00
	Capital a Realizar	(9.000,00)
	Reservas de Capital	0,00
	Reservas Estatutárias	0,00
	Reserva Legal	6.000,00
	Lucros Acumulados	<u>5.000,00</u>
	Somatório	<u>102.000,00</u>
d)	Capital Social	100.000,00
	Capital a Realizar	(9.000,00)
	Reservas de Capital	4.000,00
	Reservas Estatutárias	7.000,00
	Reserva Legal	0,00
	Lucros Acumulados	<u>0,00</u>
	Somatório	<u>102.000,00</u>
e)	Capital Social	100.000,00
	Capital a Realizar	(9.000,00)
	Reservas de Capital	8.000,00

Reservas Estatutárias	0,00
Reserva Legal	0,00
Lucros Acumulados	<u>3.000,00</u>
Somatório	<u>102.000,00</u>

CONTABILIDADE PÚBLICA

06- Entre os demonstrativos financeiros aplicados ao setor público, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu um deles como elemento obrigatoriamente integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária o(a)

- a) Balanço Orçamentário
- b) Balanço Financeiro
- c) Balanço Patrimonial
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais
- e) Demonstração do Resultado do Exercício

07- Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a escrituração e consolidação das contas, além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, observará o seguinte:

- a) A disponibilidade orçamentária constará de registro próprio, de modo que as dotações vinculadas a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificadas e escrituradas de forma individualizada.
- b) A despesa e a assunção de compromissos, bem como, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros, serão registrados segundo o regime de competência.
- c) As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente.
- d) As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em conjunto com os demonstrativos financeiros e orçamentários do orçamento fiscal.
- e) Apenas as operações de crédito e as inscrições em Restos a Pagar deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

Rascunho

08- A práxis vigente permite que a despesa pública possa ser classificada de maneira funcional, institucional ou, ainda, segundo a sua natureza. Do ponto de vista da natureza, investimentos devem ser classificados como

- a) modalidade de aplica o
- b) categoria econômica
- c) elemento de despesa
- d) subelemento de despesa
- e) grupo de despesa

09- De acordo com as regras da contabilidade pública nacional,   correto afirmar, quanto   forma de registro da receita, que

- a) todas as receitas são fatos modificativos.
- b) todos os ingressos são considerados receitas.
- c) o regime contábil   o da competência.
- d) opera es de crédito não são consideradas receitas.
- e) todas as receitas são orçamentárias.

10- De acordo com a norma vigente, as muta es ativas e passivas relacionam-se   contabiliza o de fatos permutativos, ao passo que as varia es ativas e passivas relacionam-se   contabiliza o de fatos modificativos. Assinale, entre as op es abaixo, aquela que se configura como um fato modificativo.

- a) inscri o da d vida ativa
- b) recebimento da d vida ativa
- c) aliena o de bens
- d) aquisi o de material de consumo para estoque
- e) pagamento de empréstimos

11- Segundo o Plano de Contas  nico da Administra o Federal, as contas destinadas ao registro

dos fatos de natureza orçamentária em cada um dos estágios da realiza o da despesa pertencem ao

- a) ativo circulante
- b) ativo compensado
- c) passivo compensado
- d) passivo circulante
- e) ativo permanente

12- Acerca do Sistema Integrado de Administra o Financeira – SIAFI –   correto afirmar que

- a) seu uso   exclusivo dos órgãos pertencentes ao Poder Executivo.
- b) nele   processada a contabilidade de todos os seus integrantes.
- c) sua abrangência inclui as unidades gestoras do Poder Judiciário, mas não inclui as unidades gestoras do Poder Legislativo.
- d) um de seus objetivos   permitir aos segmentos da sociedade obter a necessária transparência dos gastos públicos.
- e) sua abrangência não inclui as unidades gestoras situadas no exterior.

13- Com base nos dados abaixo, todos apurados ao final de um exercício qualquer, assinale a op o que indica o montante de pagamentos efetuados pela entidade.

BALANÇO FINANCEIRO			
RECEITAS	\$	DESPESAS	\$
Transferências Recebidas		Despesa Orçamentária	
Cota Recebida	150	Corrente	50
Ingressos Extra-orçamentários		Capital	100
Outras Transferências	15	Dispêndios Extra-orçamentários	
Restos a Pagar – Inscri�o	50	Restos a Pagar - Pagos	10
Disponibilidade Para o Período Seguinte		Disponibilidade Para o Período Seguinte	
Conta �nica	10	Conta única	65
	225		225

- a) \$ 200
- b) \$ 225
- c) \$ 110

- d) \$ 100
e) \$ 150

14- Entre outros aspectos, a Lei de Responsabilidade Fiscal caracteriza-se por trazer ao universo público uma série de novos conceitos e procedimentos. No caso específico do Relatório de Gestão Fiscal, a ser emitido ao final de cada quadrimestre, é incorreto afirmar que ele deverá conter

- a) comparativo entre a despesa total com pessoal e os limites de que trata a Lei.
b) comparativo entre as concessões de garantias e os limites de que trata a Lei.
c) comparativo entre as operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, e os limites de que trata a Lei.
d) demonstrativo, apenas no último quadrimestre, das despesas empenhadas e não liquidadas inscritas em Restos a Pagar.
e) demonstrativo, em todas as suas edições, das despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar.

15- Com base nos dados abaixo, apurados ao final de um período qualquer, e observando o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal sobre o conceito de receita corrente líquida, assinale a opção que indica a despesa total máxima, no âmbito da União, a ser realizada com pessoal. Considere, para tanto, que:

- o total de transferências constitucionais ou legais a estados e municípios equivale a 50% das transferências correntes;
- a contribuição de servidores para o custeio de seu sistema de previdência e assistência social equivale a 50% das receitas de contribuições.

Receitas	\$	Despesas	\$
Correntes		Correntes	
Tributárias	120	Custeio	160
De Contribuições..	60	Transferências	
Patrimoniais	20	Correntes	80
De Serviços	15		
Transferências			
Correntes	15		
De Capital		De Capital	
Operações de		Investimentos..	10
Crédito	60	Inversões Fi-	
Alienação de		nanceiras.....	20
Bens	30	Transferências	
Transferências de		de Capital	60
Capital	10		
	330		330

- a) \$ 130
b) \$ 80
c) \$ 96
d) \$ 156
e) \$ 115

Rascunho

AUDITORIA

- 16- Os procedimentos de revisão analítica pertencem ao conjunto de:
- a) testes de observância
 - b) testes substantivos
 - c) testes de transações e saldos
 - d) testes de controle interno
 - e) testes de inventários físicos
- 17- Assinale a opção que não encontra amparo na NBC-P-3 – Normas Profissionais do Auditor Interno.
- a) A amplitude do trabalho desenvolvido pelo auditor interno e sua responsabilidade estão limitadas à sua área de atuação.
 - b) Quando solicitado, cabe ao auditor interno prestar assessoria ao Conselho Fiscal ou aos órgãos equivalentes da entidade.
 - c) O dever de manter sigilo encerra-se cinco anos após terminado o vínculo empregatício ou contratual do auditor interno.
 - d) O auditor interno pode realizar trabalhos de forma compartilhada com profissionais de outras áreas da entidade que o emprega.
 - e) Desde que autorizado pela administração da entidade, o auditor interno pode apresentar os seus papéis de trabalho ao auditor independente.
- 18- A técnica de auditoria utilizada na obtenção de declaração formal e independente de pessoas não ligadas à entidade auditada denomina-se:
- a) circulação
 - b) carta de conforto
 - c) carta gerencial
 - d) circularização
 - e) carta de responsabilidade da administração
- 19- Quando o Analista de Finanças e Controle – AFC constatar falhas que, pela sua irrelevância, não caracterizarem irregularidade de atuação dos agentes responsáveis, deverá emitir
- a) parecer pleno
 - b) parecer restritivo
 - c) parecer de regularidade
 - d) parecer de irregularidade
 - e) parecer sem ressalvas
- 20- O plano de ação detalhado, destinado a orientar adequadamente o trabalho do Analista de Finanças e Controle – AFC, denomina-se:
- a) Programa de Auditoria
 - b) Programa de Controle
 - c) Relatório de Auditoria
 - d) Plano de Amostragem
 - e) Plano de Exames Documentais
- 21- Os procedimentos de auditoria mais eficazes para detectar a omissão de passivos nas demonstrações contábeis são:
- a) exame das conciliações bancárias e análise das pendências relevantes

- b) confirmação de contas a pagar e inventário físico de mercadorias
- c) exames de pagamentos subseqüentes e inventário físico de mercadorias
- d) análise da composição dos saldos de fornecedores e outras contas a pagar
- e) confirmação de contas a pagar e exames de pagamentos subseqüentes
- 22- No acompanhamento dos inventários físicos de estoques de materiais, o auditor observou a existência de diversos itens obsoletos. Qual procedimento deve adotar?
- a) Propor a imediata baixa dos estoques para despesas não-operacionais.
- b) Propor reclassificação dos itens para outros valores a receber.
- c) Propor a imediata baixa dos estoques para o custo dos produtos vendidos.
- d) Propor a constituição de provisão para perdas em estoques.
- e) Propor a constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa.
- 23- Assinale a opção que contém formas de auditoria governamental, conforme previstas na Instrução Normativa nº 16 da Secretaria do Tesouro Nacional.
- a) diretas, indiretas e compartilhadas
- b) integradas, semi-integradas e indiretas
- c) subsidiárias, integrais e compartilhadas
- d) diretas, variáveis e indiretas
- e) integrais, parciais e específicas
- 24- Indique a opção que contém alguns dos diversos tipos de auditoria governamental relacionados na Instrução Normativa nº 16 da Secretaria do Tesouro Nacional.
- a) Auditoria de Gestão, Auditoria Operacional e Auditoria Administrativa
- b) Auditoria Operacional, Auditoria de Programas e Auditoria de Sistema
- c) Auditoria Contábil, Auditoria Financeira e Auditoria Administrativa
- d) Auditoria Especial, Auditoria Administrativa e Auditoria Financeira
- e) Auditoria de Gestão, Auditoria de Programas e Auditoria de Contratos

25- De acordo com a Instrução Normativa nº 16 da Secretaria do Tesouro Nacional, o tipo de amostragem indicado nos casos de pesquisa de fraudes é:

- a) amostragem por estratificação
- b) amostragem por intervalo
- c) amostragem exploratória
- d) amostragem aleatória simples
- e) amostragem por julgamento

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO

26- “Na década de 80, logo após a eclosão da crise de endividamento internacional, o tema que prendeu a atenção de políticos e formuladores de políticas públicas em todo o mundo foi o ajuste estrutural ou, em termos mais analíticos, o ajuste fiscal e as reformas orientadas para o mercado. Nos anos 90, embora o ajuste estrutural continue figurando entre os principais objetivos, a ênfase deslocou-se para a reforma do Estado, particularmente para a reforma administrativa. A questão central é como reconstruir o Estado – como definir um novo Estado em um mundo globalizado.

Depois de amplamente debatida, a emenda constitucional da reforma administrativa foi submetida ao Congresso Nacional em agosto de 1995. À emenda seguiu-se a publicação de um documento (Presidência da República, 1995) sobre a reforma administrativa – o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.”

(Trecho extraído do livro “ Reforma do Estado e administração pública gerencial” de Luiz Carlos Bresser Pereira & Peter Spink 2 ed. Rio de Janeiro. FGV, 1998, P. 21)

O referido Plano Diretor tem como proposta básica a transformação da administração pública brasileira de

- a) comportamental em sistêmica
- b) sistêmica em patrimonialista
- c) patrimonialista em burocrática
- d) burocrática em gerencial
- e) gerencial em contingencial

27- “Estrutura formal, objeto de grande parte de estudos das organizações empresariais, é aquela deliberadamente planejada, em alguns de seus aspectos, pelo organograma. Estrutura informal é

a rede de relações sociais e pessoais que não é estabelecida ou requerida pela estrutura formal. Surge da interação social das pessoas, o que significa que se desenvolve espontaneamente quando as pessoas se reúnem. Portanto, apresenta relações que usualmente não aparecem no organograma”.

(Trecho extraído do livro “ **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**” de Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira, 11 ed. São Paulo. Atlas, 2000, p. 82)

Indique, nas opções abaixo, aquela que não se apresenta como uma das características da organização formal.

- a) divisão do trabalho
- b) especialização
- c) hierarquia
- d) distribuição da autoridade e de responsabilidade
- e) ênfase nas relações entre pessoas no trabalho

28- De acordo com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (1995), a estratégia na administração pública volta-se para:

- () a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade.
- () a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados.

- () o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados.
- () o deslocamento da ênfase dos resultados (fins) para os procedimentos (meios).

Assinale, entre as opções abaixo, aquela que indica corretamente as afirmativas Verdadeiras (V) e as Falsas (F).

- a) V, V, V, V
- b) V, V, V, F
- c) V, V, F, F
- d) V, F, F, F
- e) F, F, F, F

29- “Dada a crise do Estado e o irrealismo da proposta neoliberal do Estado mínimo, é necessário reconstruir o Estado, de forma que ele não apenas garanta a propriedade e os contratos, mas também exerça seu papel complementar ao mercado na coordenação da economia e na busca da redução das desigualdades.”

(Trecho extraído da publicação “ **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**”, Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995, p. 55)

Indique, entre as opções abaixo, aquela que não se apresenta como um dos objetivos globais da reforma acima mencionada.

- a) Aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos.
- b) Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado.
- c) Transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local: só em casos de emergência cabe a ação direta da União.
- d) Transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União.

- e) Transferir para o setor público não-estatal os serviços não-exclusivos através de programas de privatizações, reorganizando e fortalecendo os órgãos de regulação dos monopólios naturais que forem privatizados.

30- “As emendas do capítulo da administração pública são fundamentais no processo de transição para uma administração pública que incorpore ou viabilize uma nova perspectiva em relação à gestão e ao controle do aparelho do Estado. Os dispositivos compreendidos no projeto são de importância estratégica para a consecução da reforma administrativa, contemplando os princípios e as normas de gestão, as relações jurídicas dos servidores com a administração e as prerrogativas dos três Poderes para a organização administrativa.”

(Trecho extraído da publicação “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995, p. 62)

Entre as opções abaixo, indique aquela que não se apresenta como uma das principais mudanças propostas pelo referido plano na emenda que cobre o capítulo da administração pública.

- a) Impossibilidade de se colocar servidores em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço como alternativa à exoneração por excesso de quadros.
- b) O fim da obrigatoriedade do Regime Jurídico Único, permitindo-se a volta de contratações de servidores celetistas.
- c) A exigência de processo seletivo público para a administração de celetistas e a manutenção do concurso público para a admissão de servidores estatutários.
- d) A flexibilização da estabilidade dos servidores estatutários, permitindo-se a demissão, além de por falta grave, também por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros.
- e) Permissão de contratação de estrangeiros para o serviço público, sempre através de concurso ou processo seletivo público, desde que lei específica o autorize.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31- Acerca dos Poderes constituídos, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Em obediência ao princípio da tripartição de poderes, não há hipótese, prevista constitucionalmente, de desempenho, pelo Poder Legislativo, de função jurisdicional.
- b) Cabe ao Poder Legislativo, com exclusividade, a edição de atos normativos primários.
- c) Cabe, com exclusividade, a órgão do Poder Judiciário (o Supremo Tribunal Federal) o julgamento em tese da constitucionalidade de leis federais.
- d) É facultado ao Poder Executivo, no uso do seu poder regulamentar e por meio de decreto, suprir omissão de lei, criando direitos e obrigações.
- e) Inclui-se no âmbito do Poder Executivo tanto o Ministério Público como os Tribunais de Contas.

32- Apresenta característica típica de Constituição rígida aquela que

- a) somente admite mudanças no seu texto por meio de procedimentos mais demorados e difíceis do que o procedimento comum de elaboração das leis.
- b) resulta de lenta formação histórica, do lento evoluir das tradições, sendo por isso mesmo dotada de maior estabilidade, decorrente do prestígio social das suas prescrições.
- c) não consagra direitos fundamentais no seu texto.
- d) não admite a reforma do seu texto por meios institucionais.
- e) não prevê o controle de constitucionalidade das leis.

33- Acerca da hierarquia das normas, assinale a opção correta.

- a) As leis federais são, por definição, superiores hierarquicamente às leis estaduais.
- b) Segundo o princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais protegidas como cláusulas pétreas são superiores hierarquicamente às demais normas constitucionais.
- c) Não existe hierarquia entre as normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 e as normas que compõem o corpo principal da mesma Constituição.
- d) Substituída uma Constituição por outra, as normas da Constituição antiga que não forem, no seu conteúdo, incompatíveis com o novo Texto Magno, continuam em vigor, mas com hierarquia de lei ordinária.
- e) As emendas à Constituição são hierarquicamente inferiores às normas da Constituição editadas pelo Poder Constituinte originário.

34- Sobre o controle abstrato de normas em face da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) Nos Estados-membros, compete aos Tribunais de Justiça o controle abstrato das normas estaduais e municipais em face da Constituição Federal.
- b) Qualquer juiz ou tribunal federal pode declarar a inconstitucionalidade, em tese, de lei federal.
- c) Decidindo o Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade, em tese, de uma lei federal, para que essa decisão produza efeitos contra todos, a lei deverá ter os seus efeitos suspensos pelo Senado Federal.
- d) Declarada constitucional uma lei federal, em ação declaratória de constitucionalidade, nenhum outro tribunal do país pode, depois, declarar a mesma lei inconstitucional.
- e) O Procurador-Geral da República está legitimado a propor ação declaratória de constitucionalidade de lei estadual, se a União demonstrar interesse na manutenção da lei.

35- Assinale a opção correta a respeito dos direitos e garantias individuais.

- a) Segundo entendimento já assentado, os direitos e garantias expressos em normas constantes de tratados internacionais de que o Brasil faz parte têm estatura constitucional e constituem cláusulas pétreas.
- b) Os direitos e garantias individuais, como regra, têm a sua aplicabilidade dependente de lei que os regulamente.
- c) Para o exercício do direito de reunião pacífica, sem armas e em lugar aberto ao público, não se exige prévia autorização da autoridade administrativa, mas se exige que a ela seja dirigido prévio aviso.
- d) Segundo o princípio do juiz natural, não se pode despojar alguém da sua liberdade ou da sua propriedade sem que se lhe assegure o direito ao contraditório.
- e) O exercício do direito de criar associação depende de autorização da autoridade pública competente, nos termos da lei.

36- Sobre o processo de emenda à Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) Nenhuma emenda que alargue ou diminua o catálogo dos direitos e garantias individuais pode ser votada no Congresso Nacional, por serem os direitos e garantias individuais cláusulas pétreas.
- b) Nada obsta a que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada numa sessão legislativa possa ser objeto de nova proposta na sessão legislativa seguinte.
- c) Incumbe ao Presidente da República promulgar as emendas à Constituição aprovadas pelo Congresso Nacional.
- d) Todo deputado ou senador pode, individualmente, apresentar proposta de emenda à Constituição.
- e) As emendas à Constituição relacionadas a servidores públicos são da iniciativa exclusiva do Presidente da República.

37- Assinale a opção correta em relação às medidas provisórias.

- a) Não pode ser reeditada, se o Congresso Nacional não a converte em lei nem a rejeita no prazo de trinta dias, contados da sua publicação.
- b) Se a medida provisória é rejeitada, as relações jurídicas formadas durante a sua vigência continuam a ser por ela reguladas, até que o Congresso Nacional as discipline em caráter definitivo.
- c) O Congresso Nacional, ao apreciar uma medida provisória, não pode converter em lei apenas parte do texto sob a sua apreciação. Deve aprová-lo integralmente ou rejeitá-lo de todo.
- d) Embora a doutrina e a jurisprudência apontem matérias sobre as quais o Presidente da República não pode editar medidas provisórias, o texto constitucional não consigna limitação explícita de conteúdo a esse poder.
- e) O Supremo Tribunal Federal pode declarar inconstitucional uma medida provisória, por considerar não preenchidos os pressupostos formais da relevância e urgência para a sua edição.

38- Sobre as empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica de prestação de serviços ou comercialização de bens, assinale a opção incorreta.

- a) A proibição de acumular cargos públicos estende-se também a essas empresas.
- b) No âmbito dos direitos e obrigações trabalhistas, estão sujeitas ao regime próprio das empresas privadas.
- c) Estão sujeitas à observância dos princípios da Administração Pública, relativamente a licitações e contratação de obras, serviços, compras e alienações.
- d) Estão sujeitas ao regime próprio das empresas privadas no que se refere a direitos e obrigações civis e comerciais.
- e) A pessoa jurídica que as cria pode-lhes atribuir privilégios tributários, por períodos limitados, não extensivos às empresas do setor privado.

39- Sobre as comissões parlamentares de inquérito, é correto afirmar:

- a) Podem anular atos do Executivo que considerem lesivos ao interesse público.
- b) Podem determinar a quebra de sigilo bancário dos seus investigados, independentemente de ordem judicial.
- c) Podem decretar a prisão preventiva de seus investigados, por prática de crime, no passado, relacionado com o objeto da CPI.
- d) Podem decretar a indisponibilidade ou a perda de bens de investigados, quando descobrem prova de desvio de recursos públicos.
- e) Não há hipótese em que se admita o direito de o depoente se calar perante uma CPI.

40- O art. 192 da Constituição dispõe que "as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar". Sobre essa norma, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de norma que não vem sendo aplicada, por ser evidentemente inconstitucional, já que não se concilia com o princípio constitucional da livre iniciativa.
- b) Trata-se de norma de eficácia plena e de aplicabilidade imediata, que, por si só, permite aos devedores reduzir as suas dívidas, na parte relativa a juros superiores a 12% ao ano.
- c) Trata-se de norma que consagra um direito fundamental, e que, por isso, somente pode ser invocada nas relações entre o Estado e os seus cidadãos, não alcançando, por isso, as instituições financeiras em geral.
- d) Trata-se de norma que depende de edição de lei que a regulamente, para produzir todos os seus efeitos.
- e) Trata-se de norma programática que, como tal, não tem valor jurídico, expressando apenas um programa de ação de cunho exclusivamente político.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41- O regime jurídico-administrativo abrange diversos princípios. Entre os princípios abaixo, assinale aquele que se vincula à limitação da discricionariedade administrativa.

- a) impessoalidade
- b) presunção de legitimidade
- c) razoabilidade
- d) hierarquia
- e) segurança jurídica

42- Em relação à organização administrativa, não é correto afirmar:

- a) A autonomia gerencial de órgão despersonalizado pode ser ampliada mediante contrato de gestão.
- b) Somente lei específica pode criar autarquia.
- c) As organizações sociais gozam de personalidade jurídica de direito privado.
- d) A área de atuação da fundação deve ser objeto de lei complementar.
- e) A participação da sociedade de economia mista em empresa privada prescinde de autorização legislativa.

43- O magistrado aposentado não poderá acumular a percepção de seus proventos com a remuneração decorrente do exercício do cargo de

- a) Deputado Federal
- b) Procurador da República
- c) Secretário de Estado da Justiça
- d) Professor de Universidade Federal
- e) Prefeito Municipal

44- O regime jurídico típico da Administração Pública, denominado estatutário, caracteriza-se por ser:

- a) de direito público, de natureza legal e unilateral
- b) de direito público, de natureza contratual e bilateral

- c) de direito privado, de natureza contratual e bilateral
- d) de direito público, de natureza legal e bilateral
- e) de direito privado, de natureza legal e unilateral

45- Caracteriza a permissão de serviço público, exceto:

- a) exigência de licitação prévia
- b) natureza bilateral e precária do ato de permissão
- c) objeto consistente de execução de serviço público
- d) sujeição do permissionário à fiscalização da Administração
- e) serviço executado em nome do permissionário

46- No procedimento da licitação, não é cabível recurso administrativo, em sentido estrito, no prazo de 5 dias úteis, no caso de

- a) inabilitação de licitante
- b) revogação da licitação
- c) julgamento das propostas
- d) adjudicação
- e) habilitação de licitante

47- O ato administrativo pode apresentar diversos vícios. Tratando-se de vício relativo ao sujeito, temos que, quando o agente público extrapola os limites de sua competência, ocorre:

- a) desvio de poder
- b) função de fato
- c) excesso de poder
- d) usurpação de função
- e) desvio de finalidade

48- Em relação à desapropriação, não é correto afirmar:

- a) Os ônus e direitos que existiam em relação ao bem expropriado extinguem-se e ficam sub-rogados no preço.
- b) A desapropriação é forma originária de aquisição de propriedade.

- c) A prova de domínio deverá ser feita, pelo proprietário, apenas no momento de levantar a indenização.
- d) Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação.
- e) Para propositura da ação judicial de desapropriação é essencial a identificação do proprietário do bem.

49- O sistema de controle interno não tem a atribuição de:

- a) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, as sanções legais, inclusive multa
- b) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União
- d) comprovar a legalidade da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- e) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional

50- O Código Civil Brasileiro, em seu art. 15, adota a teoria civilista, baseada na culpa, na fixação da responsabilidade do Estado. Esta teoria, já superada pela nossa Constituição, denomina-se:

- a) da responsabilidade objetiva
- b) do risco integral
- c) da irresponsabilidade
- d) da responsabilidade subjetiva
- e) do risco administrativo

FINANÇAS PÚBLICAS

51- No tocante ao papel do Estado na atividade econômica, diz-se que o setor público deve cumprir, fundamentalmente, as três seguintes funções:

- a) distributiva, fiscalizadora e alocativa
- b) distributiva, fiscalizadora e estabilizadora
- c) distributiva, alocativa e estabilizadora
- d) fiscalizadora, alocativa e estabilizadora

- e) fiscalizadora, normativa e estabilizadora

52- Com relação aos sistemas de tributação, identifique a opção falsa.

- a) O sistema regressivo tem a característica básica de tributar mais fortemente as camadas mais baixas de renda.
- b) O sistema regressivo não tem nenhum efeito sobre o estado da distribuição da renda na sociedade.
- c) O sistema progressivo torna a distribuição menos desigual após a sua aplicação.
- d) No sistema proporcional, o percentual do imposto a ser pago permanece inalterado, independentemente do nível de renda.
- e) Através do sistema progressivo, aplicam-se maiores percentuais de impostos para as classes de renda mais alta.

53- O critério de classificação das contas públicas é de grande importância para a compreensão do orçamento. Várias são as razões pelas quais deve existir um bom sistema de classificação no orçamento. Assinale a opção errada.

- a) Desenvolver a organização política e, de modo especial, restaurar as atribuições do poder legislativo.
- b) Proporcionar uma contribuição efetiva para o acompanhamento da execução do orçamento.
- c) Determinar a fixação de responsabilidades.
- d) Facilitar a formulação de programas.
- e) Possibilitar a análise dos efeitos econômicos das ações governamentais.

54- De acordo com os fundamentos e técnicas dos enfoques tributários, o princípio da capacidade de pagamento admite que

- a) os impostos são vistos como preços pagos pelos serviços.
- b) os impostos devem equivaler aos benefícios totais usufruídos pelos indivíduos, a partir dos gastos públicos.
- c) os impostos não precisam ser equivalentes aos benefícios totais recebidos, mas apenas proporcionais a estes.
- d) ainda que defensável do ponto de vista lógico, não existem meios práticos que permitam operacionalizar o critério da capacidade de pagamento.
- e) a abordagem do benefício é irrelevante.

55- Segundo os princípios teóricos da tributação, assinale a única opção correta.

- a) A equidade tributária entende que todos os indivíduos devem pagar justa contribuição ao governo.
- b) A carga tributária de um país é dita regressiva quando onera todos os segmentos sociais na mesma proporção.
- c) O princípio do benefício afirma que os tributos devem incidir sobre os mais ricos.
- d) Segundo o princípio da capacidade de pagamento, as pessoas devem ser tributadas de acordo com a vantagem que recebem das despesas governamentais.
- e) O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é caracterizado como um imposto direto.

56- No que diz respeito ao federalismo fiscal, não se pode afirmar que

- a) constitui uma técnica administrativa que possibilita o exercício do poder em territórios de grande amplitude.
- b) baseia-se no estabelecimento de governos de âmbitos regional e municipal.
- c) pressupõe a livre negociação entre as partes, com objetivo de garantir certo grau de autonomia e delinear a divisão das funções a serem cumpridas pelos diversos níveis administrativos.
- d) impede de a nação acomodar um amplo leque de preferências individuais.

e) é um método de organização administrativa nacional.

57- A Lei Complementar de 04/05/2000 estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Identifique a opção que aponta a abrangência do Setor Público definida nessa Lei.

- a) As Administrações Diretas da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios.
- b) Os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunais de Contas da União e dos Municípios; e as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias e empresas.
- c) A Administração Indireta da União.
- d) A Administração Direta da União e seus fundos, fundações, autarquias e empresas estatais dependentes.
- e) Os poderes Executivo, Legislativo (inclusive os Tribunais de Contas), Judiciário, Ministério Público, as respectivas Administrações Diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, da União, Estados e Distrito Federal, e Municípios.

58- Assinale a única opção que é pertinente ao orçamento tradicional e não ao orçamento-programa.

- a) Os principais critérios classificatórios são unidades administrativas e elementos.
- b) Na elaboração do orçamento, são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício.

- c) A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento.
- d) A alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas.
- e) Existe utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados.

59- A partir do ano 2000, o Orçamento Público no Brasil foi elaborado com base nas modificações dispostas pelo Decreto nº 2829/98 e na Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O eixo principal dessas modificações foi a interligação entre o planejamento governamental (PPA) e o Orçamento (LOA). Identifique o principal instrumento de ligação entre os dois.

- a) função
- b) programas
- c) subprogramas
- d) projetos
- e) operações especiais

60- Quanto à natureza econômica da receita e da despesa, o orçamento brasileiro a partir de 2000 passou a apresentar duas contas. Assinale a opção correta.

- a) operações de crédito e juros da dívida pública
- b) inversões financeiras e receita de contribuição
- c) poupança e déficit
- d) corrente e capital
- e) receita tributária e despesa de pessoal

61- Identifique, segundo o Orçamento Fiscal do Brasil, Lei nº 9.969, de 11/05/2000, a opção que não é verdadeira, com relação à classificação de despesa.

- a) Pessoal e Encargos Sociais
- b) Amortização da Dívida
- c) Investimentos
- d) Inversões Financeiras
- e) Amortização de Empréstimo

62- A análise de custo-benefício é uma técnica usada para avaliar projetos governamentais. Assim sendo, identifique a afirmativa correta entre as opções abaixo.

- a) É a técnica que substitui o processo político.
- b) É uma técnica não operacional para a determinação dos méritos das ações alternativas do governo.
- c) É a técnica que permite identificar os benefícios e os custos de um projeto para então estimá-los em unidades comparáveis.
- d) É uma técnica que permite a geração de um volume apreciável de gastos em projetos complementares.
- e) É a única técnica que permite a quantificação de custos e benefícios, independente de uma taxa apropriada para descontar estimativas futuras do cálculo dos respectivos valores atuais.

63- Com relação ao conceito de déficit público e seu financiamento, identifique a opção falsa.

- a) O déficit público é equivalente à diferença entre o valor dos investimentos e a poupança do governo em conta corrente.

- b) O financiamento do governo é feito pela emissão de dívida.
- c) O déficit operacional exclui, do cálculo do déficit nominal, as correções monetária e cambial.
- d) O déficit primário não considera as receitas e despesas financeiras.
- e) O déficit nominal engloba toda e qualquer demanda por recursos provenientes do setor público, inclusive o pagamento de juros nominais sobre a dívida.

64- O processo brasileiro de desestatização passou por fases distintas. Na primeira fase do Programa Nacional de Desestatização brasileiro (1990-1993), a privatização gerou impacto positivo e reduzido devido a quatro importantes fatores. Identifique qual dos fatores mencionados não corresponde a essa fase.

- a) Seleção de setores privatizáveis, pouco dinâmicos e de escasso interesse do capital privado.
- b) Desencadeamento do processo num momento de recessão e de grande instabilidade macroeconômica, limitando o valor potencial dos ativos.
- c) Necessidade reduzida de investimentos nos segmentos privatizados, porque havia sobre-capacidade produtiva a nível mundial.
- d) Execução do programa com nítida motivação distributiva, do sistema financeiro e poupadores em geral para o Tesouro Nacional.
- e) Aceitação de dívida pública interna não mobiliária pelo valor de face como meio de pagamento.

65- A Lei de Responsabilidade Fiscal é um código de conduta para os administradores públicos, que obedecerão às normas e limites para administrar as Finanças Públicas brasileiras. Assinale a opção não pertinente à responsabilidade na gestão fiscal.

- a) Ação planejada e transparente.
- b) Prevenção de riscos e desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- c) Desvinculação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- d) Cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas propostas nos orçamentos.

- e) Obediência a limites e condições quanto à renúncia da receita e à geração de despesas.

CIÊNCIA POLÍTICA

66- Entre as características listadas abaixo, marque a única que não se aplica à burocracia weberiana:

- a) existência de regras abstratas às quais estão vinculadas o detentor do poder, o aparelho administrativo e os dominados.
- b) relações de autoridade entre posições ordenadas de modo hierárquico.
- c) obediência impessoal às obrigações objetivas do cargo exercido como obrigação única ou principal.
- d) divisão de trabalho flexível (multifuncionalidade), orientada para a busca de resultados.
- e) recompensa por meio de salário fixo em dinheiro e perspectiva de progressão por tempo de serviço, por mérito ou por ambos.

67- Leia atentamente os enunciados que se seguem:

- Relação entre dois sujeitos, na qual um impõe ao outro a sua própria vontade e lhe determina o comportamento.
- A atividade ou conjunto de atividades que tem como finalidade a administração do conflito em torno de bens públicos.
- Organização que detém o monopólio legítimo do uso da força em um dado território.
- Conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma dada sociedade.
- Conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou organização estatal.

Os enunciados acima referem-se, seqüencialmente, aos seguintes conceitos:

- a) Administração Pública, Poder, Política, Estado, Governo
- b) Poder, Estado, Governo, Política, Administração Pública
- c) Poder, Administração Pública, Governo, Estado, Política
- d) Administração Pública, Poder, Governo, Política, Estado
- e) Poder, Política, Estado, Governo, Administração Pública

68- Segundo Max Weber, a autoridade ou dominação baseia-se na legitimidade que, por sua vez, pode ser de três tipos. Um deles, a dominação legal de caráter racional, típica do Estado contemporâneo, não apresenta a característica de:

- a) impessoalidade das normas e de sua aplicação
- b) hierarquia oficial
- c) direito consuetudinário
- d) exercício contínuo de funções segundo competências fixas
- e) regras técnicas e normas aplicadas por profissionais especializados

69- Na perspectiva marxista, o Estado contemporâneo não desempenha a função de

- a) criação das condições materiais genéricas de produção.
- b) manutenção e garantia da acumulação de capital e das taxas de lucro no sistema.
- c) determinação e salvaguarda do sistema geral de leis que regem as relações dos sujeitos jurídicos na ordem capitalista.
- d) regulamentação dos conflitos entre capital e trabalho.
- e) segurança e expansão do capital nacional total no mercado capitalista mundial.

70- O Estado de direito contemporâneo supõe a composição de diversas estruturas. Essas podem ser sistematizadas como o conjunto abaixo descrito, exceto:

- a) Estrutura formal do sistema jurídico, que assegura o exercício das liberdades fundamentais com a aplicação de lei universal abstrata por juízes independentes.
- b) Estrutura material do sistema jurídico: liberdade de concorrência no mercado entre sujeitos da propriedade.
- c) Estrutura social do sistema jurídico: direitos sociais universais que regem políticas orientadas para a integração social das camadas desfavorecidas.
- d) Estrutura política do sistema jurídico: separação e distribuição do poder.
- e) Estrutura econômica do sistema jurídico: igualdade de oportunidades no acesso aos cargos eletivos.

71- As transformações da economia mundial nos anos 90 levaram à criação de novos papéis para o Estado e a novas formas de relação entre Estado, mercado e atores sociais, destacando-se entre essas a criação das chamadas Agências Reguladoras. Sobre tais agências, marque a única opção incorreta.

- a) Destinam-se a corrigir/suprir falhas de funcionamento do mercado.
- b) Entre suas finalidades está a de contribuir para a correção das assimetrias informacionais existentes.
- c) Elas se propõem, entre outros objetivos, a reduzir custos transacionais.

- d) Devido à sua complexidade e às questões técnicas envolvidas, não prevêem a participação direta dos atores sociais no processo de elaboração de normas.
- e) Elas têm poderes para, entre outras coisas, especificar tecnologias admissíveis, métodos de prestação de serviços e preços e para assegurar orçamentos consistentes.

72- No Brasil, um fato que preocupa os estudiosos é a persistência e o agravamento da desigualdade, apesar do desenvolvimento econômico. Sobre as características da situação de desigualdade sócio-econômica da população brasileira, assinale a única afirmativa incorreta.

- a) Generalizada utilização de tecnologias avançadas, de alta produtividade, que demandam capacitação profissional constante.
- b) Elevada concentração de rendas, tanto sob a forma de capital físico quanto capital humano.
- c) Acentuado poder e habilidade dos grupos de alta renda em preservar seus privilégios.
- d) Ausência histórica de políticas públicas eficazes na promoção de mudanças estruturais.
- e) Baixa escolaridade, pouca tradição organizacional e reduzida capacidade de influência dos grupos de baixa renda afetados pelas políticas concentradoras de renda.

73- Não constitui fase do processo de políticas públicas a

- a) formação e/ou discussão da agenda
- b) formulação das alternativas
- c) negociação das decisões
- d) implementação das decisões
- e) avaliação das políticas implementadas

74- Em todo o mundo ocidental moderno, uma das questões recentes mais discutidas é a governabi-

lidade. A esse respeito, marque o único enunciado incorreto.

- a) A falta de governabilidade pode ser resultado de uma sobrecarga de demandas, às quais o Estado responde com a expansão de seus serviços e da sua intervenção, até chegar a um ponto em que ocorre uma crise fiscal.
- b) A governabilidade está diretamente relacionada à capacidade do Estado de atrair grupos privados para o seu interior, oferecendo-lhes bens e serviços de modo a atender as suas demandas e representar seus interesses nos âmbitos doméstico e internacional.
- c) A falta de governabilidade pode ser um problema de natureza essencialmente política, expressando problemas de autonomia, complexidade, coesão e legitimidade das instituições.
- d) A governabilidade de uma democracia depende do equilíbrio do relacionamento entre a autoridade de suas instituições de governo e a força das suas instituições de oposição.
- e) A falta de governabilidade é o produto conjunto de uma crise de gestão administrativa do sistema e de uma crise de apoio político dos cidadãos às autoridades e ao governo.

75- Leia com atenção os enunciados a seguir:

- Doutrina que propugna a organização da coletividade com base na associação representativa dos interesses e atividades profissionais.
- Relação de compromisso entre políticos de profissão, que envolve uma rede de lealdades

peçoais e a troca das vantagens provenientes da estrutura pública que controlam, por legitimação e apoio.

- Ação coletiva por parte de indivíduos que vendem sua força de trabalho, destinada a proteger e melhorar o próprio nível de vida.
- Forma específica de intermediação de interesses organizados em número limitado de associações, às quais o Estado dá o reconhecimento institucional e o monopólio na representação dos interesses do grupo e delega um conjunto de funções públicas.

Os enunciados acima referem-se, respectivamente, a:

- a) neocorporativismo, clientelismo, sindicalismo, corporativismo.
- b) sindicalismo, neocorporativismo, clientelismo, corporativismo.
- c) clientelismo, neocorporativismo, sindicalismo, corporativismo.
- d) corporativismo, clientelismo, sindicalismo, neocorporativismo.
- e) sindicalismo, corporativismo, clientelismo, neocorporativismo.

76- Sobre a representação política, não se pode fazer a seguinte afirmativa:

- a) Nas democracias contemporâneas a representação política baseia-se numa perfeita correspondência entre as percepções dos representantes e os interesses dos representados.
- b) A representação política constitui, em tese, um mecanismo para o estabelecimento de uma relação de controle entre governantes e governados.
- c) A representação política pode ser uma relação de delegação. Nesse modelo, o representante é um executor fiel da iniciativa e da autonomia dos representados.
- d) A representação política pode ser uma relação de confiança. Nesse modelo, o representante possui autonomia e supõe que a única orientação para sua ação seja o interesse dos representados, tal como ele os percebe.
- e) A representação política pode ser concebida como uma reprodução. Nesse modelo, o organismo representativo é um microcosmo que reflete ou reproduz fielmente as características do corpo político.

77- Em relação ao federalismo e à descentralização política, não se pode afirmar que:

- a) O que realmente caracteriza o Estado federal é o princípio constitucional que lhe impõe o respeito às competências das unidades federativas.
- b) Na descentralização administrativa tem-se um fenômeno de derivação dos poderes administrativos do aparelho político-administrativo do Estado.
- c) No federalismo, a determinação do nível de autonomia constitucional das instâncias subnacionais é de competência legislativa estadual.
- d) O federalismo baseia-se nos princípios da autonomia das partes e da participação no todo.
- e) Ao Estado unitário é permitido mudar o ordenamento precedente, mediante o próprio órgão legislativo, via lei ordinária ou constitucional.

78- Entre as características listadas abaixo, assinale a única que não se aplica ao NAFTA.

- a) Utilização de uma Tarifa Externa Comum.
- b) Reduzido número de membros.
- c) Existência de membros de diferentes níveis de desenvolvimento.
- d) Adoção de mecanismos de solução de controvérsias.
- e) Provisão para serviços, investimentos e meio-ambiente.

79- Entre as características dos blocos regionais, listadas abaixo, assinale a única que é comum ao Mercosul e à União Européia.

- a) Existência de um Parlamento.
- b) Existência de uma Corte Permanente de Justiça.
- c) Existência de órgãos supranacionais de escopo regional.
- d) Existência de órgãos intergovernamentais.
- e) Existência de uma moeda única.

80- Não constitui fase do processo de solução de controvérsias no Mercosul o(a)

- a) exame técnico da questão
- b) exame pelo Conselho do Mercado Comum
- c) negociação direta entre as partes envolvidas
- d) submissão do caso a um tribunal *ad hoc*
- e) implementação da decisão

Prova a.2 - aplicada em 28/01/01 - DOMINGO

01 - E	02 - C	03 - D	04 - B	05 - A	06 - A	07 - C	08 - E	09 - B	10 - A
11 - C	12 - D	13 - C	14 - E	15 - B	16 - B	17 - C	18 - D	19 - B	20 - A
21 - E	22 - D	23 - A	24 - B	25 - C	26 - D	27 - E	28 - B	29 - E	30 - A
31 - C	32 - A	33 - C	34 - D	35 - C	36 - B	37 - E	38 - E	39 - B	40 - D
41 - C	42 - E	43 - B	44 - A	45 - B	46 - D	47 - C	48 - E	49 - A	50 - D
51 - C	52 - B	53 - A	54 - E	55 - A	56 - D	57 - E	58 - A	59 - B	60 - D
61 - E	62 - C	63 - B	64 - D	65 - C	66 - D	67 - E	68 - C	69 - B	70 - E
71 - E	72 - A	73 - C	74 - B	75 - D	76 - A	77 - C	78 - A	79 - D	80 - B

Observado o respectivo peso, valerá um ponto cada uma das questões da prova objetiva, assim constituída:

Disciplinas	Questões	Pesos
Contabilidade e Auditoria	01 a 25	2
Administração Pública	26 a 50	2
Finanças Públicas	51 a 65	1,5
Ciência Política	66 a 80	1,5

ps: antes dos recursos